

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

Relatório da Administração - 2016

I A DESENVOLVE SP

Criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007, a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo e oferece seus produtos e serviços destinados a atender, prioritariamente, as empresas de pequeno e médio porte e, também, os municípios paulistas, colaborando para a qualidade de vida da população.

A Agência de Desenvolvimento Paulista, com sede no município de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, e faz parte da administração indireta do estado de São Paulo, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.

A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando desenvolvimento, emprego e renda, e que com o financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

Público-Alvo

A Desenvolve SP atende empresas com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores da indústria, comércio, agronegócio e serviços, e para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros. As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Objetivos Institucionais

- Ser parceira estratégica do Governo Estadual em seus planos de desenvolvimento;
- Fomentar a aplicação da inovação na economia paulista com vistas ao aumento da produtividade e competitividade de forma sustentável;
- Contribuir para a geração de emprego e renda, bem como para a redução das diferenças regionais, no estado de São Paulo.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

Visão: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Valores: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

II PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2015, sendo definido de forma clara e objetiva o mapa estratégico da instituição, que apresenta as prioridades e ênfases da atuação da Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, e descreve a estratégia da instituição por meio de objetivos relacionados entre si.

Principais Diretrizes

Relação com o Governo: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais.

Inovação: Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Autossustentabilidade: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

Excelência Operacional: Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração organizacional.

Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo

Em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo - Revisão Anual da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios.

Posicionamento Estratégico

Frente aos cenários apresentados, os posicionamentos estratégicos da Desenvolve SP para os próximos anos serão os seguintes:

- Curto e médio prazo: Captação de novos recursos junto a instituições de fomento multilaterais; Estabelecimento de acordos e parcerias com organismos financeiros multilaterais; Transferência da gestão de fundos de desenvolvimento para a Desenvolve SP; Apoio a projetos inovadores; Apoio a projetos de infraestrutura a nível municipal.
- Longo prazo: Gestão de recursos visando à sustentabilidade da instituição - capitalização da instituição; Apoio a projetos que promovam o aumento da produtividade e competitividade das empresas paulistas.

III ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, algumas *startups* via Fundos de Investimento e Participação (FIPs), e abrange todo o território paulista através das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos.

1 LINHAS DE FINANCIAMENTO

A instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até 10 anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre muitas outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

A Desenvolve SP, no ano de 2016, disponibilizou 29 linhas de financiamento a diversos setores e públicos, com três lançamentos:

- Linha de financiamento BNDES Exim Pré-Embarque Empresa Inovadora, que tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas inovadoras por meio do financiamento à exportação de bens e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil.
- Linha BNDES Soluções Tecnológicas, que financia a aquisição de soluções providas por fornecedores cadastrados no Credenciamento de Fornecedores de Soluções Tecnológicas (CFST) do BNDES. Entende-se por solução tecnológica a aplicação de uma tecnologia orientada a satisfazer as necessidades de criação/modificação de produto ou processo da beneficiária final.
- Linha Crédito Digital, modalidade de crédito rápido criada para desburocratizar o acesso de empresas de pequeno porte ao

financiamento de capital de giro. Desde o começo de sua operacionalização, até 31 de dezembro de 2016, foram desembolsados R\$ 3,1 milhões para 56 empresas.

2 FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece quatro fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: o Fundo de Aval (FDA), o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e Fundo Garantidor de Operações (FGO).

3 FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001 e previsto na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento com recursos destinados aos programas e projetos do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, em 2016, além do Fundo de Aval (FDA), a Desenvolve SP administrou três fundos, cujo patrimônio total é de R\$ 397,1 milhões: o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR).

Estão, ainda, em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides), e do Fundo Estadual de Eletificação Rural (Feer).

O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

4 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP apoia o crescimento das empresas paulistas, também, por meio dos Fundos de Investimento em Participações, instrumentos financeiros regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial em troca de sociedade na companhia.

A colaboração vai além do investimento de capital, podendo trazer relacionamentos com outras empresas e novos mercados, apoio à gestão profissional e suporte estratégico focado no crescimento da empresa. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definido, e gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas escolhidas para investimento.

Desta maneira, a Desenvolve SP assume o compromisso de fomentar a cultura de capital de risco no país, configurando uma importante alternativa de crédito, que além de recursos, traz consigo uma melhor gestão e mais eficiência para os negócios.

A Desenvolve SP tem participação em cinco Fundos de Investimento em Participações de diferentes características:

- Fundo Inovação Paulista, idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova. Seu foco setorial são empresas inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde, instaladas no Estado de São Paulo, possuindo um capital subscrito de R\$ 105,0 milhões. O Fundo Inovação Paulista, iniciado em dezembro de 2013, investiu, até 31 de dezembro de 2016, em doze empresas.
- Fundo de Investimento em Participação Aeroespacial, de abrangência nacional, destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas. Com capital subscrito de R\$ 131,3 milhões, o Fundo Aeroespacial realizou, até 31 de dezembro de 2016, investimento em cinco empresas.
- Fundo CRP Empreendedor, fundo de investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais, com foco nos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. Com capital subscrito de R\$ 100,7 milhões, fechou sua captação em dezembro de 2015 com investimento em sete empresas.
- Fundo BBI Financeal I, tem como objetivo o tema ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil. Com capital subscrito de R\$ 176,4 milhões, investiu, até 31 de dezembro de 2016, em cinco empresas.
- Fundo Performa Investimentos SC-I, tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no Estado de São Paulo e tem foco nos setores de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação. Com capital subscrito de R\$ 26,0 milhões, fechou sua captação em agosto de 2015 com investimento em sete empresas.

Até 31 de dezembro de 2016, 36 empresas foram investidas por meio dos Fundos de Investimento em Participações, das quais 27 estão localizadas no Estado de São Paulo.

Fundo InfraPaulista

Em novembro de 2015, o Governo do Estado de São Paulo lançou o InfraPaulista, fundo de investimento para viabilizar projetos de infraestrutura em municípios paulistas. A iniciativa, inédita no país, pretende atrair investidores para projetos em áreas que resultem em melhoria da infraestrutura de portos, aeroportos, geração de energia limpa, transporte sobre trilhos, resíduos sólidos, logística, dentre outros. Também há a perspectiva de redução de passivos municipais para com os seus regimes próprios de previdência por meio da constituição de um fundo imobiliário. A gestão do InfraPaulista será feita pela gestora de fundos da *holding* Brasil Plural e, nessa parceria, a Desenvolve SP será o *advisor*, ou seja, atuará na apresentação dos projetos de infraestrutura ao fundo, que avaliará a viabilidade e decidirá pelo investimento. Poderão participar como cotistas investidores privados, fundos de pensão dos municípios (RPPS), fundos de previdência, organismos multilaterais, dentre outros. Os projetos que serão apresentados ao InfraPaulista deverão ser elaborados e realizados pela iniciativa privada e precisarão demonstrar sustentabilidade financeira e elevado interesse público, resultando na melhoria da infraestrutura dos municípios paulistas.

5 PARCEIROS

A Desenvolve SP possui um modelo de negócios baseado na parceria com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, abrangendo todo o território paulista e viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Em 31 de dezembro de 2016, a instituição registrou um total de 26

parcerias, com destaque para a parceria firmada, em junho, com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), para promover projetos de eficiência energética no Estado de São Paulo, e com a Agência de Desenvolvimento e Inovação de Sorocaba (Inova Sorocaba). Durante o ano de 2016, a Desenvolve SP participou de 87 feiras e eventos, junto com seus parceiros, para divulgação das linhas de financiamento.

Em 2016, a Desenvolve SP assinou, também, acordo operacional com a *China National Machinery Import & Export* (CMC), a qual coordena os investimentos de origem chinesa por diversos países. O acordo tem o objetivo de prospectar potenciais projetos de investimento, além da colaboração entre as partes para que esses sejam operacionalizados.

A Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), as Indústrias Romi, o *KfW Bankengruppe* (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dentre outros.

IV GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição.

A Desenvolve SP é administrada pelo Conselho de Administração, órgão de decisão superior e responsável pela orientação estratégica da instituição, e pela Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Além do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, a estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados, garantindo um processo de tomada de decisão cada vez mais transparente e responsável: Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Ética, Comitê de Projeto e Crédito, Comitê de Investimentos, Comitê de Contratações Administrativas, Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro, Comitê de Avaliação de Desempenho e a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

A estrutura organizacional da Desenvolve SP é composta por quatro diretorias, treze superintendências, 29 gerências, além de uma Consultoria de Parcerias e do Gabinete da Presidência, conforme organograma.

A instituição possui, também, em sua estrutura, a Ouvidoria e o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e, com isso, além de atender às exigências legais, fortalece suas diretrizes e princípios de Governança Corporativa.

1 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.1 Transparência

No site da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos, e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP.

Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional.

1.2 Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O SIC é uma unidade de atendimento responsável por prestar orientações, receber e gerenciar os pedidos de informações, bem como disponibilizar ao cidadão, por meio da página “Transparência” do site institucional, as informações de seu interesse.

No ano de 2016, o SIC registrou um total de 38 pedidos de acesso à informação, sendo todas as solicitações respondidas no prazo exigido pelos normativos vigentes.

2 OUVIDORIA E CANAL DO COLABORADOR

A Ouvidoria da Desenvolve SP tem como missão assegurar o cumprimento das exigências legais e regulamentares relativas aos direitos dos clientes, atuando como canal de comunicação entre a instituição, os parceiros e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, sendo responsável por prestar orientações, receber e gerenciar manifestações de forma transparente, independente e imparcial, inclusive na mediação de conflitos. Em 2016, a Ouvidoria registrou onze manifestações, sendo seis reclamações, das quais três classificadas como improcedentes, dois elogios, duas críticas e uma sugestão, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

3 AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, ligada administrativamente à Presidência e supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores operacionais e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas unidades da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

4 GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2016 com 157 empregados ativos, além de quatro Diretores, dezenove estagiários, quatro jovens aprendizes e quarenta empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 224 colaboradores.

O quadro de funcionários é composto por 53% de mulheres e 47% de homens, com uma média de idade de 40 anos, sendo todos graduados e 32% pós-graduados. Dos colaboradores em cargos de liderança, 52% são mulheres e 48% homens.

A Desenvolve SP acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade devem fazer parte da conduta e postura profissional de seus colaboradores, espelhados em seu Código de Ética e Conduta e no Programa de Integridade Anticorrupção.

V APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação, uma das quatro diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da instituição, para o período de 2016 a 2019, é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, fomenta iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

O desenvolvimento tecnológico, a qualificação e diferenciação do produto possibilitam que a empresa obtenha destaque comercial, além de se tornar

continua →

mais competitiva por fatores como qualidade, diferenciação ou exclusividade de produto. Com isso, a Desenvolve SP entende que investir em inovação se tornou um grande diferencial competitivo para as empresas. Para atender a crescente demanda por crédito para inovação, a Desenvolve SP disponibiliza seis linhas de financiamento especiais, com longo prazo e taxa de juros a partir de zero, para empresas inovadoras de todos os setores, oferecendo condições diferenciadas em relação ao mercado financeiro: Linha de Incentivo à Tecnologia e Linha de Incentivo à Inovação, do Programa São Paulo Inova, Inovacred, Inovacred Expresso, BNDES MPME Inovadora e BNDES Exim Pré-Embarque Empresa Inovadora.

A Desenvolve SP, por meio das linhas de financiamento voltadas para inovação, desembolsou R\$ 75,1 milhões, sendo que 61,7% desses foram desembolsados em 2016. Os desembolsos para inovação representaram 16,4% do total de 2016, 9,9 p.p. maior que em 2015.

As micro e pequenas empresas representam 55,7% do desembolso acumulado, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo.

A Desenvolve SP, também, possui parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com vistas ao apoio às empresas emergentes inovadoras, e com a Finep, com o objetivo de oferecer financiamento a projetos inovadores por meio do Programa Inovacred e Inovacred Expresso.

Em 2016, a Desenvolve SP participou e apoiou diversas feiras e eventos com o intuito de promover as linhas de financiamento voltadas à inovação.

Movimento pela Inovação

O Movimento pela Inovação é uma iniciativa da Desenvolve SP para incentivar o investimento em inovação pelas PMEs no estado de São Paulo. Lançado em 2015, o projeto foi revisto e ampliado em 2016, mais cidades foram atendidas, em período mais curto. Aproximadamente 1.000 empreendedores assistiram às palestras e outros 431 passaram por atendimento individual em treze cidades: São Paulo, Botucatu, Santos, Sorocaba, Araçatuba, Marília, Campinas, Piracicaba, Guarulhos, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Carlos.

Desde o início do Movimento pela Inovação, em junho de 2015, a Desenvolve SP financiou R\$ 62,2 milhões para projetos inovadores. Nos anos anteriores ao projeto, o valor desembolsado para o mesmo fim foi de R\$ 12,8 milhões.

Caminhos da Inovação

O Estado de São Paulo é responsável por mais da metade da produção científica brasileira e o berço das empresas mais inovadoras do país.

Com foco nessas companhias, em abril de 2016, a Desenvolve SP lançou a *websérie* "Caminhos da Inovação", que apresenta sete histórias de empreendedores visionários que transformaram suas ideias em negócios inspiradores, por meio do investimento e financiamento da Desenvolve SP, trilhando o caminho da inovação e impulsionando a economia paulista.

Guia Inovação Como Chegar Lá

Mais que apontar quais os caminhos, a Desenvolve SP criou um guia especial para inspirar o empreendedor na busca pela inovação. Com material exclusivo, a publicação auxilia o leitor a olhar além das paredes da empresa e reconhecer uma inovação, onde encontrar recursos para inovar, entender quais os vários processos e tipos de inovação e o que melhor se aplica a cada empresa e a cada processo criativo, entre outros assuntos.

Storytelling: Inovar é Preciso

Em um cenário cada vez mais globalizado, inovar pode ser o único caminho para manter a competitividade. Para inspirar empreendedores a serem mais visionários, criar novos negócios e tirar suas ideias inovadoras do papel, transformando positivamente sociedade e mercado, a Desenvolve SP elaborou um vídeo em *storytelling* dedicado à importância da inovação para o desenvolvimento da humanidade ao longo da história.

VI DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2016 foi, em grande parte, uma continuidade de 2015 em termos político-econômicos, onde o ambiente político foi novamente determinante para o desempenho da economia. O clima de incertezas impactou indicadores importantes, que influenciaram diretamente o mercado de crédito.

No primeiro semestre de 2016, o processo de transição do Poder Executivo Federal fez com que a expectativa de retomada de crescimento fosse adiada. Após a posse do novo governo, a retomada ensaiou aparecer com significativo aumento do índice de confiança.

Porém, as expectativas não se consolidaram e a elevada taxa de juros, aliada à persistente instabilidade política, foram suficientes para conter qualquer indício de retomada de crescimento, mesmo após a nova equipe econômica demonstrar tenacidade em relação à política fiscal, com a aprovação da PEC de Teto dos Gastos Públicos em dezembro, e o compromisso com a meta da inflação, conseguindo fechar o ano com o índice abaixo do teto da meta.

Com o mau desempenho da economia, o índice de desemprego manteve-se em alta fechando o ano em 11,5%. Já o mercado de crédito fechou o ano com um saldo de R\$ 3.106 bilhões, uma redução de 3,5% se comparado a 2015, apresentando a primeira variação anual negativa desde que a metodologia atual foi implantada em 2007. Em 2015, o saldo havia crescido 6,7%. A inadimplência do Sistema Financeiro Nacional, por sua vez, atingiu novamente altas históricas, fechando 2016 em 5,2%, de acordo com os cálculos do Banco Central do Brasil (Bacen).

O ano de 2017 começa com elevada taxa de ociosidade da indústria. Por um lado, isso facilita a retomada do crescimento, por outro, significa que possíveis investimentos em ampliação tendem a ser postergados, mesmo com a redução da taxa Selic, uma vez controlada a inflação.

Com isso, a expectativa para 2017 é que o nível de investimentos mantenha-se estável, a exemplo dos anos anteriores, sustentado principalmente por setores ligados à exportação. O Bacen projeta uma expansão de 2,0% para o estoque total de crédito.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 2.351,4 milhões, com um total de 3.319 operações para 1.571 empresas e prefeituras distribuídas em 264 municípios.

No ano de 2016, os desembolsos somaram R\$ 282,2 milhões, sendo 62,8% liberados com recursos próprios e 37,2% com recursos de terceiros, para 249 empresas de 105 cidades, sendo 22,2% liberados para empresas da cidade de São Paulo, 5,6% para empresas de Ribeirão Preto e 5,4%

para empresas de Pindamonhangaba.

Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo os desembolsos de 2016 direcionados principalmente para estes projetos, com 79,8% do total, e 15,4% destinados a pedidos de financiamento para capital de giro, enquanto 4,8% foram para aquisição de máquinas e equipamentos.

Com um desembolso total em 2016 de R\$ 105,5 milhões, o setor público teve 37,4% de participação, a maior representatividade para o período anual, seguido pelo setor da indústria com 31,4%, setor de serviços com 25,6%, setor de comércio com 5,3%, e setor do agronegócio com 0,3%.

Destacam-se no ano de 2016, dos desembolsos ao setor privado, que teve um total de R\$ 176,8 milhões, os desembolsos realizados por meio da Linha BNDES Automático, voltada para o financiamento de projetos de modernização, aumento da capacidade produtiva, ampliação e expansão dos negócios, que totalizaram R\$ 37,2 milhões, representando 21,0% no ano para o setor.

Os desembolsos para a Linha de Financiamento ao Investimento Paulista, que financia projetos de implantação, ampliação e modernização da capacidade produtiva, além da compra de máquinas e equipamentos, totalizaram R\$ 28,1 milhões, 15,9% do total desembolsado no ano para o setor, e os desembolsos para o Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), totalizaram R\$ 21,6 milhões em 2016, 12,2% do total de desembolsos no ano para o setor privado, atendendo oito empresas.

Destacam-se também os desembolsos para micro, pequena e média empresas (MPMEs) com um total de R\$ 148,9 milhões, 84,2% do total do setor privado em 2016.

Com relação aos desembolsos ao setor público, o destaque foi para a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, com um total de R\$ 57,8 milhões, que representou 54,8% do total dos desembolsos para o setor, atendendo dezesseis municípios.

Destaque, também, para a Linha Distrito Industrial, que financia projetos municipais destinados à adequação ou construção de distritos industriais, compreendendo a infraestrutura básica para a instalação de parques industriais, com um total de R\$ 21,6 milhões, representando 20,5% do total dos desembolsos para o setor, atendendo onze municípios.

2.2 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.146 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um crescimento de 2,7% se comparado com 2015. Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica caiu 9,5% no ano de 2016.

As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 79,0% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.

As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 17,7%, e, para capital de giro, 3,3% do total da carteira.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 23,60% de operações com vencimento de até 360 dias e 76,40% acima de 360 dias. Vale destacar que 91,25% da carteira está classificada entre os *rating's* "AA" e "C".

O Índice de Inadimplência¹ fechou 2016 em 1,89%.

3 DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2016 um lucro líquido de R\$ 35,5 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.054 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2016, foi de 3,40%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 109,7 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 52,5 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 57,2 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.513 milhões, em 31 de dezembro de 2016, composto por 71,3% de operações de crédito (64,7% de recursos próprios e 35,3% com recursos de terceiros), 20,5% de títulos e valores mobiliários e 8,2% de outros ativos.

VII RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que o bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade.

Com a aplicação de políticas e adoção de ações práticas de responsabilidade socioambiental, a Desenvolve SP busca cumprir com a sua missão e garantir o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1 RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA E INTEGRIDADE

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Ética e Conduta, da Política de Responsabilidade Socioambiental e pelo Programa de Integridade e Anticorrupção, este último aprovado em 2016.

2 QUALIDADE DE VIDA

Um ambiente corporativo de qualidade proporciona condições de segurança e desenvolvimento pessoal e profissional para o colaborador. Para isso, a Desenvolve SP disponibiliza programas de desenvolvimento das capacidades profissionais e apoia iniciativas e ações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho.

3 GESTÃO AMBIENTAL

O trabalho de educação e conscientização sobre o consumo racional de recursos naturais é constante na Desenvolve SP. Comunicados direcionados aos colaboradores, enviados por email, e fixados nos murais dos andares e elevadores, orientam a todos sobre como evitar o desperdício e quanto à correta utilização desses recursos.

4 PROGRAMAS ASSOCIADOS ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO

A Desenvolve SP busca fortalecer a relação com o Governo do Estado de São Paulo ao participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e reduzindo as diferenças regionais.

Para isso, disponibiliza as linhas de financiamento e programas associados às políticas de desenvolvimento do Estado de São Paulo em condições especiais, com taxas de juros reduzidas ou subsidiadas pelo governo. São eles:

¹ Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

- Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados naquela região, por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria.

- Programa São Paulo Inova, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para apoiar empresas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo. O programa conta com duas linhas de financiamento operadas pela Desenvolve SP: Linha de Incentivo à Tecnologia e a Linha de Incentivo à Inovação. Em 2016, a Desenvolve SP desembolsou R\$ 5,3 milhões para empresas ligadas à Linha de Incentivo à Tecnologia. Além das linhas de financiamento, o programa conta com o Fundo de Investimento Inovação Paulista.

- Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2016, a Desenvolve SP desembolsou R\$ 21,5 milhões para empresas vinculadas ao Programa.

- Linha Emergencial para Recuperação de Empresas (LRE), destinada a atender as cidades onde foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública em decorrência de desastres provocados por fenômenos da natureza. Os financiamentos destinam-se às empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, estabelecidas na cidade atingida. Em 2016, a Desenvolve SP desembolsou R\$ 3,9 milhões por meio da LRE.

- Programa Saúde SP, para financiamento às Santas Casas paulistas e instituições filantrópicas de saúde por meio da Linha BNDES Saúde.

- Pitch Gov, Programa da Associação Brasileira de *Startups* em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, buscou em *startups* soluções inovadoras para demandas de áreas como educação, saúde e facilidades. As Secretarias de Estado e órgãos participantes listaram desafios e mais de trezentas *startups* apresentaram suas soluções. No final do processo, doze iniciativas atenderam aos requisitos das secretarias envolvidas e órgãos participantes. Seis *startups* assinaram o convênio no mês de maio de 2016, e as outras seis estão em processo avançado de formalização e assinatura da parceria com o Governo do Estado.

5 FORNECEDORES

As compras efetuadas pela Desenvolve SP já são alinhadas à legislação em vigor e ao Comitê de Contratações Sustentáveis, órgão criado para atendimento ao Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis. Quando da definição dos itens a serem adquiridos pela Instituição, bem como na elaboração do edital, são priorizados os produtos com selo ambiental, assim como condutas sustentáveis no decorrer da prestação de serviços.

6 DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVOS FISCAIS

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que tem como contrapartida ganhos positivos para a sociedade.

Ao todo, foram R\$ 775,0 mil destinados a oito projetos inscritos e aprovados para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de legislações.

VIII DESTAQUES

- A Desenvolve SP completou sete anos de atuação, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população.

- Publicação da 4ª edição da Revista Desenvolve SP, que trata sobre novas estratégias e oportunidades para as pequenas e médias empresas em três frentes prioritárias: inovação, eficiência e produtividade. A revista foi a vencedora do Prêmio Aberje 2016 na categoria Mídia Impressa, no estado de São Paulo, além de ser uma das três finalistas na mesma categoria no âmbito nacional. Esse é considerado o prêmio setorial mais importante do Brasil que reconhece as melhores práticas em comunicação empresarial do país.

- Lançamento do novo site da Desenvolve SP, que apresenta um *layout* mais moderno, além de um conteúdo voltado para os empresários, ao tema inovação, novas ferramentas e vídeos tutoriais.

- Realização do Movimento pela Inovação, incentivando a inovação nas pequenas e médias empresas paulistas, nas cidades de Araçatuba, Botucatu, Campinas, Guarulhos, Marília, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, atendendo mais de quatrocentos empreendedores.

- Lançamento das linhas BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora e BNDES Soluções Tecnológicas, com recursos do BNDES.

- Lançamento da Linha Crédito Digital, no segundo semestre, que inova ao utilizar a certificação digital para facilitar o acesso de empresas de pequeno porte ao crédito.

- Lançamento da *websérie* "Caminhos da Inovação", que conta histórias de empreendedores visionários que transformaram projetos inovadores em realidade. A *websérie* está disponível no canal do *youtube* e recebeu mais de 2,4 milhões de visualizações.

- Publicação da Cartilha de Instruções de Pleitos do Setor Público, no site institucional, com o objetivo de instruir os municípios sobre os pedidos de financiamento.

- Parceria firmada com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO), com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Estado, por meio do financiamento de projetos de eficiência energética, e com a Agência de Desenvolvimento e Inovação de Sorocaba (Inova Sorocaba), com vistas à disponibilização das linhas de financiamento às empresas inovadoras da região.

- Prorrogação do Decreto Estadual nº 58.764, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza a vinculação de créditos acumulados de ICMS em garantia no Programa de Apoio às Empresas do Setor Avícola (Proavi), que efetuam o abate de aves no estado de São Paulo.

- Desde o início de suas operações, junto à Desenvolve SP, até 31 de dezembro de 2016, os Fundos Garantidores já foram utilizados em 703 operações.

- Até 31 de dezembro de 2016, 36 empresas foram investidas por meio dos Fundos de Investimento em Participações, das quais 27 estão localizadas no estado de São Paulo.

- Disponibilização da Linha Emergencial para Recuperação de Empresas para Jarinu. Os empresários puderam solicitar recursos para reconstruir estabelecimentos comerciais, repor estoques e realizar a compra de máquinas e equipamentos, após o tornado que devastou o município. A linha desembolsou R\$ 3,9 milhões para 59 empresas do município.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Luiz França Gomes - *Presidente*
Arnaldo Caill Pereira Jardim
Francisco Vidal Luna
José Luiz Ribeiro
Lídia Goldenstein
Luiz Carlos Motta
Marcos Antonio Monteiro
Milton Luiz de Melo Santos
Roberto Brás Matos Macedo

DIRETORIA COLEGIADA

Milton Luiz de Melo Santos - *Diretor Presidente*
Álvaro Sedlacek - *Diretor Financeiro e de Negócios*
Joaquim Elói Cirne de Toledo - *Diretor de Infraestrutura e TI*
Julio Themes Neto - *Diretor de Fomento e de Crédito*

CONSELHO FISCAL (membros efetivos)

David Polessi de Moraes
Grace Maria Monteiro da Silva Freitas
Isadora Chansky Cohen
Humberto Baptistella Filho

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - *Presidente*
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Francisco Vidal Luna

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Francisco Vidal Luna - *Presidente*
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Jerônimo Antunes

Ativo	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Circulante		346.254	295.090
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	33.457	10.335
Carteira própria		33.457	10.335
Operações de crédito	6	247.840	227.848
Setor público		93.538	72.629
Setor privado		176.796	181.685
(Provisão para operações de crédito)		(22.494)	(26.466)
Outros créditos		28.921	21.192
Créditos tributários	12	28.387	20.418
Rendas a receber		264	560
Diversos		270	214
Outros valores e bens		36.036	35.715
Bens não de uso próprio		35.997	35.683
Despesas antecipadas		39	32
Não circulante		1.130.560	1.172.104
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	276.370	327.701
Carteira própria		281.275	331.588
(Provisões para desvalorizações)		(4.905)	(3.887)
Operações de crédito	6	831.638	818.065
Setor público		224.503	202.241
Setor privado		650.756	658.947
(Provisão para operações de crédito)		(43.621)	(43.123)
Outros créditos		22.552	26.338
Créditos tributários	12	22.552	26.338
Permanente	7	36.025	5.796
Imobilizado de uso		32.407	1.195
Imóveis de uso		31.761	-
Outras imobilizações de uso		1.748	1.717
(Depreciações acumuladas)		(1.102)	(522)
Intangível		3.618	4.601
Outros ativos intangíveis		5.142	5.127
(Amortização acumulada)		(1.524)	(526)
Total do ativo		1.512.839	1.472.990

Passivo	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Circulante		117.556	126.468
Depósitos		52	47
Depósitos vinculados		52	47
Obrigações por repasses do país			
Instituições oficiais	8	76.297	65.551
BNDES		40.252	28.934
FINAME		32.397	35.366
FINEP		3.648	1.251
Outras obrigações		41.207	60.870
Cobrança e arrecadação de tributos		62	81
Obrigações sociais e estatutárias	9	14.716	20.376
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	16.709	24.539
Recursos para destinação específica	9	3.012	3.850
Diversos	9	6.708	12.024
Não circulante		341.021	307.723
Obrigações por repasses do país			
Instituições oficiais	8	333.431	298.445
BNDES		204.920	173.277
FINAME		82.027	110.722
FINEP		46.484	14.442
Outras obrigações		7.590	9.278
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	149	146
Recursos para destinação específica	9	6.885	8.642
Diversos	9	556	490
Patrimônio líquido	10	1.054.262	1.038.799
Capital social		1.000.000	1.000.000
Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		54.262	38.799
Total do passivo		1.512.839	1.472.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros ou prejuízos acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Especiais de lucro		
SalDOS em 01/01/2015	1.000.000	8.954	27.682	-	1.036.636
Lucro líquido do período	-	-	-	43.266	43.266
Destinações:					
Reservas	-	2.163	-	(2.163)	-
Dividendos	-	-	-	(22.772)	(22.772)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(18.331)	(18.331)
SalDOS em 31/12/2015	1.000.000	11.117	27.682	-	1.038.799
Mutações do período	-	2.163	-	-	2.163
SalDOS em 01/01/2016	1.000.000	11.117	27.682	-	1.038.799
Lucro líquido do período	-	-	-	35.467	35.467
Destinações:					
Reservas	-	1.773	13.690	(15.463)	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(20.004)	(20.004)
SalDOS em 31/12/2016	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262
Mutações do período	-	1.773	13.690	-	15.463
SalDOS em 01/07/2016	1.000.000	12.113	36.654	-	1.048.767
Lucro líquido do período	-	-	-	15.557	15.557
Destinações:					
Reservas	-	777	4.718	(5.495)	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(10.062)	(10.062)
SalDOS em 31/12/2016	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262
Mutações do período	-	777	4.718	-	5.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)			
	2º semestre		
	Nota	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		79.842	181.150
Operações de crédito		62.098	144.556
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		17.744	36.594
Despesas da intermediação financeira		(31.456)	(71.432)
Operações de empréstimos e repasses		(14.088)	(26.700)
Provisão para operações de crédito		(17.368)	(44.732)
Resultado bruto da intermediação financeira		48.386	109.718
Outras receitas/despesas operacionais		(26.001)	(52.524)
Rendas de tarifas bancárias		1.447	2.847
Despesas de pessoal	11	(18.778)	(35.550)
Outras despesas administrativas	11	(10.194)	(19.730)
Despesas tributárias	11	(3.307)	(7.803)
Outras receitas operacionais	11	5.169	8.778
Outras despesas operacionais		(338)	(1.066)
Resultado operacional		22.385	57.194
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		22.385	57.194
Imposto de renda e contribuição social		(5.674)	(19.268)
Provisão para imposto de renda	12	(2.547)	(12.724)
Provisão para contribuição social	12	(2.600)	(10.726)
Ativo fiscal diferido		(527)	4.182
Participações estatutárias no lucro		(1.154)	(2.459)
Lucro líquido		15.557	35.467
Juros sobre capital próprio	10	(10.062)	(20.004)
Lucro por ação (R\$)	10	0,01556	0,03547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2º semestre		
	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações		22.385	57.194
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos e Participações		19.150	47.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		17.368	44.732
Depreciação e amortização		990	1.578
Provisão para desvalorização de títulos livres		516	1.018
Provisão para passivos contingentes		276	527
Lucro ajustado antes dos Impostos e Participações		41.535	105.049
Varição ativo/passivo		(9.566)	(24.793)
(Aumento)/redução em TVM		(19.098)	50.313
(Aumento)/redução operações de crédito		(38.514)	(78.297)
(Aumento)/redução outros créditos		26.722	(3.943)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(258)	(321)
Aumento/(redução) depósitos		(5)	5
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		38.118	45.732
Aumento/(redução) outras obrigações		(11.874)	(6.793)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.657)	(31.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		31.969	80.256
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(5)	(31.792)
Aplicações no intangível		-	(15)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(5)	(31.807)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos exercício anterior		-	(9.658)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(9.037)
Dividendos pagos		-	(13.114)
Juros sobre o capital próprio pagos	10	(4.929)	(6.632)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(4.929)	(25.327)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		27.035	23.122
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.422	10.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	33.457	33.457
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		27.035	23.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

i) Utilização de estimativas
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

j) Contingências
A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

	31.12.2016	31.12.2015
Títulos e valores mobiliários	33.457	10.335
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.457	10.335

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).
Em 15/02/2017, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis
a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.
d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d2. Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas. A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros valores e bens
Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.
f) Ativo permanente
O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:
• 4% para imóveis
• 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
• 20% para sistemas de processamento de dados;
• 20% para intangíveis.
g) Demais ativos e passivos
Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.
h) Tributos
Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.
Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.
Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**a) Composição da carteira**

	31.12.2016		31.12.2015	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	253.316	-	311.041
Cotas de Fundos de Renda Fixa	33.457	-	10.335	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	17.765	-	11.544
Cotas de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras - FMIEEI	-	9.085	-	7.968
Cotas de fundos garantidores de Operações de crédito	-	1.109	-	1.035
(-) Provisões para desvalorizações	-	(4.905)	-	(3.887)
Total	33.457	276.370	10.335	327.701

6 - Operações de crédito**a) Carteira por modalidade**

	31.12.2016			31.12.2015		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	162.547	643.433	805.980	164.067	658.209	822.276
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	87.814	214.094	301.908	67.755	191.480	259.235
Empréstimos	19.896	17.534	37.430	22.471	11.422	33.893
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	77	198	275	21	77	98
Total da Carteira de Crédito	270.334	875.259	1.145.593	254.314	861.188	1.115.502
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(22.494)	(43.621)	(66.115)	(26.466)	(43.123)	(69.589)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	247.840	831.638	1.079.478	227.848	818.065	1.045.913

b) Receitas de operações de crédito

	2º Sem/2016	31.12.2016	31.12.2015
Financiamentos	37.721	90.288	95.833
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	17.418	42.444	37.333
Empréstimos	4.546	7.887	5.599
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.407	3.925	4.682
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6	12	1
Total	62.098	144.556	143.448

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal										31.12.2016		31.12.2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	612.045	163.699	172.019	91.263	16.464	8.857	23.794	6.330	17.446	1.111.917	1.111.917	1.055.234	1.055.234	
01 a 30	14.226	3.290	3.564	1.385	613	154	633	14	514	24.393	24.393	25.060	25.060	
31 a 60	13.941	3.376	3.144	1.197	592	135	571	5	599	23.560	23.560	18.786	18.786	
61 a 90	11.508	3.014	3.108	1.216	588	134	554	5	560	20.687	20.687	18.235	18.235	
91 a 180	35.158	9.173	9.257	3.916	1.697	401	1.213	46	1.764	62.625	62.625	53.980	53.980	
181 a 360	68.546	17.903	17.705	8.529	3.105	767	888	334	3.349	121.126	121.126	110.639	110.639	
Acima de 360	468.666	126.943	135.241	75.020	9.869	7.266	19.935	5.926	10.660	859.526	859.526	828.534	828.534	
Parcelas Vencidas	-	1.187	818	462	340	-	91	81	60	3.039	3.039	4.174	4.174	
01 a 30	-	1.187	798	319	213	-	91	40	60	2.708	2.708	3.903	3.903	
31 a 60	-	-	20	143	127	-	-	41	-	331	331	271	271	
Total	612.045	164.886	172.837	91.725	16.804	8.857	23.885	6.411	17.506	1.114.956	1.114.956	1.059.408	1.059.408	

	Operações em Curso Anormal (a)										31.12.2016		31.12.2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	-	-	-	3.612	3.132	517	453	217	16.990	24.921	24.921	45.951	45.951	
01 a 30	-	-	-	57	234	22	15	4	544	876	876	1.195	1.195	
31 a 60	-	-	-	57	234	21	16	4	576	908	908	1.176	1.176	
61 a 90	-	-	-	57	234	21	15	4	564	895	895	1.171	1.171	
91 a 180	-	-	-	171	531	62	46	12	1.674	2.496	2.496	3.263	3.263	
181 a 360	-	-	-	342	726	105	69	23	2.747	4.012	4.012	6.491	6.491	
Acima de 360	-	-	-	2.928	1.173	286	292	170	10.885	15.734	15.734	32.655	32.655	
Parcelas Vencidas	-	-	-	226	776	200	98	58	4.358	5.716	5.716	10.143	10.143	
01 a 30	-	-	-	73	249	40	15	4	596	977	977	1.254	1.254	
31 a 60	-	-	-	76	255	54	15	8	615	1.023	1.023	1.438	1.438	
61 a 90	-	-	-	77	260	55	17	7	648	1.064	1.064	1.378	1.378	
91 a 180	-	-	-	12	48	38	21	1	1.499	1.618	1.618	3.178	3.178	
181 a 360	-	-	-	-	3	13	18	987	1.021	1.021	1.021	2.528	2.528	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	13	13	13	13	367	367	
Subtotal	-	-	-	3.838	3.908	717	551	275	21.348	30.637	30.637	56.094	56.094	
Total	612.045	164.886	172.837	95.563	20.712	9.574	24.436	6.686	38.854	1.145.593	1.145.593	1.115.502	1.115.502	

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.12.2016			31.12.2015		
	Provisão	Valor das Operações	%	Provisão	Valor das Operações	%
AA	-	612.045	-	-	518.206	-
A	0,5	164.886	825	150.496	753	753
B	1,0	172.837	1.728	191.034	1.910	1.910
C	3,0	95.563	2.867	148.140	4.444	4.444
D	10,0	20.713	2.071	15.878	1.588	1.588
E	30,0	9.574	2.872	20.412	6.124	6.124
F	50,0	24.436	12.218	26.859	13.430	13.430
G	70,0	6.686	4.681	10.455	7.318	7.318
H	100,0	38.853	38.853	34.022	34.022	34.022
Total	1.145.593	66.115	1.115.502	69.589	69.589	69.589

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem./2016	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial	78.568	69.589	38.390
Créditos baixados para prejuízo	(29.821)	(48.206)	(30.748)
Provisão constituída	17.368	44.732	61.947
Saldo Final	66.115	66.115	69.589

g) Informações complementares

	2º Sem./2016	31.12.2016	31.12.2015
Créditos renegociados (a)	37.918	67.033	89.774
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.407	3.925	4.682

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Imobilizado de Uso e Intangível**a) Imobilizado de Uso**

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação	
				31/12/2016	31/12/2015
Imóveis de Uso:					
- Terrenos	11.600	-	11.600	-	-
- Edificações	4%	20.161	(403)	19.758	-
Outras Imobilizações de Uso:					
Instalações	10%	121	(41)	80	91
Móveis e Equipamentos	10%	1.439	(566)	873	986
Sistema de Comunicação	10%	152	(65)	87	103
Sistema de Processamento de Dados	20%	36	(27)	9	15
Total em 31/12/2016	33.509	(1.102)	32.407		
Total em 31/12/2015	1.717	(522)	1.195		

b) Intangível

	Taxa Anual	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	
				31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos intangíveis:					
- Software	20%	5.142	(1.524)	3.618	4.601
Total em 31/12/2016	5.142	(1.524)	3.618		
Total em 31/12/2015	5.127	(526)	4.601		

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31/12/2016, estavam assim compostas:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	8.859	6.857
BBI Financeira I (FMIEEI)	10.000	7.340	6.437
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.208	4.627
Performa Investimentos SC - I (FMIEEI)	2.000	1.745	991
Aeroespacial (FIP)	10.000	3.698	3.178
Total	57.000	26.850	22.090

	31.12.2016			31.12.2015		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	162.547	643.433	805.980	164.067	658.209	822.276
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	87.814	214.094	301.908	67.755	191.480	259.235
Empréstimos	19.896	17.534	37.430	22.471	11.422	33.893
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	77	198	275	21	77	98
Total da Carteira de Crédito	270.334	875.259	1.145.593	254.314	861.188	1.115.502
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(22.494)	(43.621)	(66.115)	(26.466)	(43.123)	(69.589)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	247.840	831.638	1.079.478	227.848	818.065	1.045.913

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2016	Participação	31.12.2015	Participação
Sector Público	318.041	28%	274.870	25%
Administração				
Direta	311.824	27%	266.132	24%
Atividades				
Empresariais	6.217	1%	8.738	1%
Sector Privado	827.552	72%	840.632	75%
Outros serviços	528.441	46%	517.971	46%
Indústria	238.714	21%	260.329	23%
Comércio	42.540	4%	42.832	4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Provisões - créditos de liquidação duvidosa	44.411	14.464	18.309	48.256
Provisões - despesas administrativas	596	596	510	510
Provisões - desvalorização de títulos livres	1.749	334	547	1.962
Provisões - passivos contingentes	-	-	211	211
Total	46.756	15.394	19.577	50.939

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, depende da geração de lucros tributáveis futuros, apurados na previsão orçamentária elaborada de acordo com o planejamento estratégico, cenário macroeconômico, desempenho histórico e o crescimento esperado no mercado de atuação. A previsão orçamentária suporta a elaboração de estudo técnico para constituição dos créditos tributários, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002.

O fluxo de realização dos créditos tributários está demonstrado a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 2021	Total
Valor nominal	28.387	17.893	3.001	-	801	-	857 50.939
Valor presente	26.876	15.400	2.193	-	529	-	508 45.506

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com Partes Relacionadas
 A Instituição tem como acionista majoritário o estado de São Paulo com 99,998% das ações. Durante o exercício de 2016, foi adquirido o imóvel onde localiza-se a sede da Instituição, que pertencia à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre/2016	31.12.2016	31.12.2015
Benefícios de curto prazo	1.670	3.344	2.918
Diretoria	917	1.794	1.637
Conselho de administração	410	853	660
Comitê de auditoria	222	445	382
Conselho fiscal	121	252	239
Outros benefícios de longo prazo	161	322	300
Diretoria	161	322	300
Total	1.831	3.666	3.218

14 - Contingências	Natureza	31.12.2015	Baixa	Constituição	31.12.2016
Trabalhista	26	-	471	497	
Cível	-	-	56	56	
Total	26	-	527	553	

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital
 Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável

pelos riscos e pelos controles internos e *Compliance*. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

16 - Estrutura de Sistemas
 A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração. Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

17 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital
 As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional
 O MNP - Controles Internos e *Compliance*, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{OPAD} conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de Mercado
 O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito
 A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segregava a gestão do risco de crédito, realizada pela Suric, da gestão do crédito, da seguinte forma:

- Gestão do crédito:
 - Superintendência de Crédito (Sucre): responsável principalmente pela análise prévia, realização e repactuação de operações sujeitas ao risco de crédito e pela classificação dessas operações em categorias (*rating*), com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;
 - Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos para recuperação de créditos e para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
 - Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.
- A Suric é responsável principalmente pela mensuração, monitoramento e controle da exposição ao risco de crédito e pela estimação, segundo critérios consistentes e prudentes, das perdas associadas ao risco de crédito, bem como pela realização de simulações de condições extremas de mercado (testes de stress). O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez
 Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital
 A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

18 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental
 A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

Nesse sentido, a Desenvolve SP aprovou cronograma para a implementação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, que se encontra em fase de aprovação.

19 - Limites Operacionais
 O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.052.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PR_{RWA})	702.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	702.098
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.052.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	-
CAPITAL PRINCIPAL	1.052.098
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	351.049
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.086.792
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	-
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	225.696
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.196
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	1.312.488
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO R_{BAN}	570.294
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	317.189
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 9,875%)	53,49%
ÍNDICE DE BASILEIA AMPLO - inclui R_{BAN} (mínimo = 9,875%)	52,60%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	53,49%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	53,49%

CONTADOR

Lucivaldo Pereira Lima
 CRC 1SP258038/O-1

DIRETORIA COLEGIADA

Milton Luiz de Melo Santos Diretor Presidente	Álvaro Sedlacek Diretor Financeiro e de Negócios	Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor de Infraestrutura e TI	Julio Themes Neto Diretor de Fomento e de Crédito
---	--	---	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado na reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. **1.3 Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. São independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, e o Presidente possui comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria. A composição não sofreu alteração durante o ano de 2016. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 14 (quatorze) vezes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, realizando 118 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios à administração da Agência. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, sendo que as versões resumidas desses relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas. Tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS:** A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo

reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. Registre-se que no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016, foram destacados dois Principais Assuntos de Auditoria (PAA), em consonância com as normas internacionais de emissão de relatórios de auditoria, adotadas a partir deste ano no Brasil: 1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD; e 2. Valor Recuperável dos Créditos Tributários (atendendo inclusive solicitação da área de supervisão do Bacen); Para ambos os assuntos, os auditores independentes descreveram as suas naturezas, a forma como esses assuntos foram conduzidos no processo de auditoria e as respectivas conclusões. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7 CONCLUSÕES:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

Jerônimo Antunes
Presidente

Francisco Vidal Luna **Carlos Eduardo Sampaio Lofrano**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2016, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

David Polessi de Moraes **Humberto Baptistella Filho**
 Conselheiro Conselheiro
Grace Maria Monteiro da Silva Freitas **Isadora Chansky Cohen**
 Conselheira Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Marcos Antonio Monteiro - Presidente da reunião
Arnaldo Calil Pereira Jardim - Conselheiro
José Luiz Ribeiro - Conselheiro
Luiz Carlos Motta - Conselheiro

Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro
Francisco Vidal Luna - Conselheiro
Lídia Goldenstein - Conselheira
Milton Luiz de Melo Santos - Conselheiro

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD** - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(d) e 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 66.115 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria tomadas em conjunto. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Desenvolve SP na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Valor recuperável dos créditos tributários** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 12(b), as demonstrações contábeis incluem ativos relativos a

créditos tributários no valor de R\$ 50.939 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a Desenvolve SP adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Desenvolve SP em seu orçamento/plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Desenvolve SP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Desenvolve SP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenvolve SP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Desenvolve SP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Desenvolve SP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



**KPMG Auditores
Independentes**
CRC 2SP014428/O-6

**Fernando Antonio
Rodrigues Alfredo**
Contador CRC 1SP252419/O-0